

“Apontamentos de Reflexões Inconclusas, por Enrique Padrós”¹

BOLSONARO E A CULTURA DO ÓDIO

ENRIQUE PADRÓS
(*In memoriam*)

Introdução

La Peste Brume (a peste da incitação ao ódio) – “o gabinete do ódio”

[DESENVOLVER]²

Durante o intervalo entre os dois turnos da eleição presidencial de 2018, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos fazia uma reflexão sobre a forte presença de três fatores explicativos, os quais ajudavam a compreender como o Brasil havia chegado àquele momento histórico, ante uma provável vitória (logo confirmada) de uma candidatura que representava a combinação das forças e dos anseios mais retrógrados e excludentes que se poderia imaginar no país, em termos societários³. O autor denominava tais fatores como as três bombas de tempo, que se projetavam sobre aquele contexto, cada uma delas resultante de configurações ocorridas em temporalidades diferentes.

A primeira bomba de tempo vinha configurando-se desde o período colonial, correspondendo à essência do ADN de uma sociedade brasileira estruturada a partir de uma profunda desigualdade social (com evidente discriminação racial e sexual), entre senhores e servos e uma normalidade institucional, que mascarava acentuada e permanente violência extra institucional. Tal divisão, independentemente de novas formas de nomeação das suas antípodas, não só não retroagiu com o transcurso do tempo, como parece ter-se acentuado.

A segunda bomba de tempo foi gestada, segundo ele, durante a ditadura civil-militar, mais precisamente na fase final; relaciona-se com os desdobramentos da forma como

¹ Este texto inédito foi o último artigo escrito por Padrós. Embora apresente algumas lacunas e ideias a desenvolver, optamos por publicá-lo resguardando sua originalidade como forma de homenagem ao autor. Além das reflexões temos uma pequena mostra do processo criativo de um autor/pesquisador maduro, como estrutura seus diálogos antes de oferecer uma versão final a seus leitores. Mesmo nas lacunas há ensinamentos.

² Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

³ SANTOS, Boaventura de Souza. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

se negociou a transição à democracia, ou seja, a já recorrente alusão à garantia de impunidade para os crimes cometidos pelas Forças Armadas. Tal condição foi apresentada como essencial para a manutenção da ordem e da instabilidade política interna. Posteriormente, essa condição foi fortalecida com a aprovação, no corpo da Constituição de 1988, do dispositivo que legitima a intervenção militar em caso de situação excepcional.

Por fim, Santos apontava para um fator mais próximo do tempo da sua reflexão e que dizia respeito a uma dinâmica externa, que vinha se desencadeando desde 2009. Assim, lembrava que, nesse ano, a partir dos Estados Unidos (EUA), havia iniciado uma nova modalidade de golpe de Estado. Preocupados com o fato de o “quintal” mostrar-se indócil, e tentando fugir do seu controle, a superpotência agiu. A derrubada do governo constitucional de Manuel Zelaya iniciava uma série de controversas manobras que acabaram atingindo, também, posteriormente, os governos Lugo (Paraguai), Rousseff (Brasil) e Morales (Bolívia). Tal iniciativa explicitava preocupações vitais para os interesses estadunidenses: 1) o questionamento regional sobre o acesso ilimitado dos EUA e de suas transnacionais aos enormes recursos naturais da América Latina; 2) a crescente presença chinesa na região, apontando para uma perigosa escalada concorrencial para os interesses estadunidenses em área sumamente estratégica.

A combinação dessas bombas mostraria-se perturbadora para a instabilidade interna das diversas formações sociais regionais. No caso brasileiro, as iniciativas dos governos progressistas em tentar diminuir, ou até de tentar reverter a bomba da desigualdade social, constituíram um fator a mais para justificar uma intervenção que se deu dentro dos novos padrões desenvolvidos desde o golpe em Honduras. Dando ênfase na luta contra a corrupção, apoiando-se nos setores mediáticos para garantir a erosão da estabilidade política, promoveu-se a judicialização da política como forma do seu esvaziamento e de uma falsa neutralidade institucional.

[RETOMAR E AVALIAR PESO DO TEXTO DE BOAVENTURA]⁴

A cultura do ódio

A persistência da cultura do ódio, elemento extremista de conotação fascista, tem persistido e se acentuado em tempos de pandemia e isolamento social. O fomento do “ódio ao outro”, tomando feição de tendência estrutural, instala-se na base de todas as relações. Tal

⁴ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

fato é constatável desde o último período eleitoral, mas já vinha manifestando-se nos últimos anos do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, aprofundando-se, no período pré-impeachment e nos acontecimentos, que envolveram a forte presença dos setores de direita em alusão às acusações contra o ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, e que acarretariam a sua prisão como consequência das ações da denominada Operação Lava-jato.

Cabe uma lembrança: a Argentina começou a sofrer algo aproximado, provavelmente com intensidade menor, mas também em grande escala, com o fenômeno da *grieta* (rachadura), que começou a se manifestar na administração da presidenta Cristina Fernández de Kirchner e se manifestou muito mais, ainda, no governo Macri; até hoje, em contexto de pandemia, mantém-se perturbadoramente presente. Tudo indica que a atual situação brasileira deverá projetar-se por um bom tempo, pois não diminuiu o combustível que a alimenta e muito menos quem o faça conscientemente.

O “ódio ao outro”, enquanto precondição na forma de atuar no cenário público, inviabiliza a possibilidade do diálogo, do embate de ideias, portanto, visa a negação e eliminação da política – “Destruir o outro garante o fim de sujeitos de direitos e o fim do direito dos sujeitos”⁵.

No atual contexto do governo Bolsonaro, não só tal tendência se acentua, como esse ódio está permitido e autorizado, sendo promovido desde o mesmo governo, o qual nada faz para evitá-lo, e tudo isso é realizado sem nenhum tipo de vergonha ou constrangimento.

O capitalismo, na sua voracidade contemporânea, cada vez mais selvagem, predadora e concentradora, exige eliminar a política para impedir qualquer possibilidade de articulação dos mais explorados e dos excluídos. Não há espaço para quem não tem alguma funcionalidade para o sistema. Nesse sentido, é necessário eliminar quem não produz e quem não tem capacidade de consumo, ou que insiste em pretender viver fora da lógica condicionada pelo atual capitalismo. Em última instância, é a reatualização da tese que Viviane Forrester apontava em 1996, na sua obra “*O horror econômico*”⁶. Ela indagava qual a utilidade de quem não tem serventia para o capital? O que se deve fazer com elas? E indicava que, mais cedo ou mais tarde, ressurgiriam indicativos de eliminação [**FUNDAMENTAL RETOMAR FORRESTER**]⁷. No atual contexto do governo Bolsonaro, visa desconhecer o outro bem como seus direitos.

⁵ TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2016. p. 39.

⁶ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

⁷ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

Nas condições da nova forma de dominação e de reprodução do capital, a cultura do ódio aparece como dispositivo para combater os focos de questionamento e de exigência de direitos, cada vez mais restritos, sendo um elemento basilar na configuração das novas formas de autoritarismo que pautam dois movimentos simultâneos: 1) a manutenção de democracias de fachada; 2) o impedimento de avanço de projetos de democracia radical (aquela que, de fato, tencione confrontar e romper as formas da opressão, dominação, exploração e exclusão).

No atual contexto do governo Bolsonaro, torna-se visível a iniciativa premeditada de desconhecer o outro bem como seus direitos; o ódio é sinal indicativo de óbvia intolerância, mas também de aposta na não convivência no mesmo espaço físico, de forma a manifestar, também, uma violenta apropriação do espaço/lugar do outro.

*[AVALIAR PESO DA TIBURCI E SEU LIVRO]*⁸

Bolsonaro e os militares no seu governo

Durante os primeiros meses da administração Bolsonaro, era visível um desgoverno frenético recheado de desencontros, descontrole, tensionamento, marchas e contramarchas e provocações de todo tipo. No meio desse clima de paroxismo, tornou-se recorrente uma pergunta, que era portadora de temidas insegurança e incerteza: o que será que estão pensando os militares dessa disparatada forma de conduzir os destinos do país? No meio do que muitos entendiam ser uma espécie de exercício administrativo insano, se desejava encontrar, nos representantes militares que compunham a gestão, uma espécie de gestão racional ou de ponto de equilíbrio no meio do ciclone desvairado que assolava o Poder Executivo nas suas relações institucionais e políticas e sociais. Tomava parte de setores da sociedade, impactado com o tamanho da incompetência da nova administração em estabelecer bases de diálogo e negociação com interlocutores dentro do seu próprio campo e espectro político, a ilusão de que os militares dariam um basta, ou enquadrariam o capitão presidente, ou se sobreporiam como fonte de equilíbrio, fazendo prevalecer a sua postura de racionalidade (uma racionalidade de perfil webberiana), e não deixariam que o descontrole e destempero presidencial solapasse as relações entre os distintos poderes e entre as instituições. Diante da irresponsabilidade e da irracionalidade de Bolsonaro e seu círculo mais próximo, aguardava-se um sinal dos militares; temia-se a possibilidade de uma quartelada, claro, mas,

⁸ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

frente ao descalabro político, uma ação corretiva podia até ser preferível para muitos que, em qualquer outra circunstância, manter-se-iam distantes de soluções desse tipo. Nesse quadro, o vice-presidente, Hamilton Mourão, era quem recebia, apesar de todas as desconfianças que o seu passado e a sua figura projetavam a maior das atenções; uma espécie de poder tutelar militar era uma das possibilidades que parecia gerar certa expectativa de mudança no conturbado horizonte político do país.

Nos desdobramentos posteriores, ficou cada vez mais claro que os movimentos administrativos, por mais controversos que pudessem parecer, não indicavam a existência de sinais de confronto interno; ao contrário, com o advento da pandemia, consolidou-se, ainda mais, a percepção de sintonia no interior do governo entre a ala militar e as demais alas que compõem o bolsonarismo. Os lapsos de silêncio do vice-presidente, em alguns momentos entendidos como gestos de desaprovação à conduta presidencial, do seu círculo mais íntimo ou dos filhos integrantes do “gabinete do ódio”, eram, em realidade, parte da estratégia para confundir a oposição e a cidadania, em geral, enquanto escondiam obsequioso apoio às formas e às palavras ameaçantes do capitão presidente. Simultaneamente a ausência de manifestações de desaprovação desde a caserna, consolidou-se um fenômeno preocupante e tendencial: a massiva indicação de militares para ocuparem cargos no segundo e terceiro escalão governamental. Muitas dessas nomeações, nos mais diversos espaços administrativos, não se explicam por fatores de competência ou expertise no setor para o qual foram indicados (o caso do Ministério da Saúde é o mais paradoxal). Essa pungente ocupação do Estado configura um dos indicativos mais dramáticos da fragilidade da democracia brasileira. Trata-se de um verdadeiro Estado militarizado; dados de [xxx] 2020 indicam que já são mais de [xxx] mil militares desfilando em cargos da burocracia estatal [VERIFICAR E ATUALIZAR O DADO]⁹. Certamente, há outra delicada bomba de tempo em processo de configuração, com potencial altamente explosivo, configurando-se como um fator de dissuasão para qualquer governo de signo contrário que resulte vencedor em futuro pleito eleitoral. Como bem diz o cientista político Jorge Zaverucha¹⁰, “[...] a forte presença militar no Estado reflete a fragilização da democracia no Brasil”.

No governo em que se faz apologia ao terrorismo de Estado, de Brillhante Ustra e da ditadura, portanto, não se manifestam constrangimentos entre o Poder Executivo e a representação militar, seja na particularidade dos conselheiros escolhidos diretamente pelo presidente, ou no plano da convivência das instituições. Os vínculos parecem sólidos, o

⁹ Embora indicado, não foi possível ao autor atualizar os dados. Mantivemos a forma original da primeira escrita.

¹⁰ *Folha São Paulo*, 24/09/20. [CONFERRIR]

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

governo utiliza da impunidade reinante e garantida em lei para nortear a sua verborragia, as ameaças antidemocráticas e dinamizar sua base de apoio incondicional. Nesse sentido, a impunidade permanece e se reforça na gestão Bolsonaro, mantendo-se como coluna vertebral do que as Forças Armadas consideram seu atributo exclusivo par viver em Democracia.

Em suma, trata-se de um governo militar, e as FFAA estão comprometidas com ele. Todas as responsabilidades do governo são delas também. Criaram o monstro e não se mostram distantes dele.

O peso militar no governo confere-lhe outras características, para além da retórica saudosista da ditadura no visível comportamento antidemocrático presidencial. São vários os fatores cuja existência lhe imprimem sólidas linhas de continuidade do governo Bolsonaro com lógicas – que persistem ou são reimplementadas – originadas em tempo de ditadura.

Uma primeira questão é a recolocação da ideia do antigo “inimigo interno”, tão caro à Doutrina de Segurança Nacional, transfigurado, agora, em “inimigo da pátria”. A lógica continua a mesma: considerar fora da nação àquele que não se encaixa dentro do pacote ideológico e comportamental, produzindo uma espécie de discriminação carregada, entre outros aspectos vitais – como a questão de gênero ou de raça – de um ódio que tenta identificar nesse outro um alvo direto de agressões verbais, morais e físicas, com referências que beiram uma aproximação ao chauvinismo e a xenofobia praticada em outros países. Se o inimigo da pátria é um co-nacional, a ideia é condená-lo a uma situação de isolamento/confinamento total, abandonar o país (recuperando na atualidade a condição de exilado, mas em tempos de democracia [VER]¹¹, ou na condição de total isolamento interno, na configuração daquilo que Mario Benedetti teceu com sendo uma categoria de *inxílio*). Sendo assim, essa reatualização do velho conceito de “inimigo interno” obriga a considerar que são considerados alvos diretos aqueles associados e escolhidos a atos e posturas de resistência contra o *statu quo*. Mas em função do seu projeto econômico, são, também, inseridos como “inimigos da pátria” todos aqueles cuja existência os donos do poder tentam invisibilizar como forma de apagar o seu sofrimento e a negação do seu reconhecimento como sujeitos, portanto, de serem condenados a não-ser. Entre esses grupos encontram-se a população negra das periferias urbanas, os pobres excedentes estruturais sem utilidade para o capital, os contingentes de cidadãos presos – condenados a viver uma subvida em um sistema penitenciário reconhecidamente desumanizador -, as comunidades quilombolas e os povos indígenas. Em relação a esses últimos, associa-se a destruição do seu habitat e das condições

¹¹ Aqui o autor sinaliza para possível inserção sobre democracia.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

do eu modo de vida, por meio de uma linha de continuidade direta desde o tempo da ditadura, fomentado pela expansão do agronegócio e pelo seu *slogan* nada dissimulado: “*Terra sem homens para homens sem terra*”¹². A violência policial, seus agentes, além daqueles que desempenham como uma espécie de unidades repressivas explicitamente terceirizadas e privatizadas ganham maior fôlego ao ter o respaldo do próprio governo, que as acolhe, protege e heroiciza a sua atuação.

Para Eliane Brum, a sociedade brasileira, na sua relação com as FFAA, sofre uma espécie de predisposição, que lembra a “Síndrome de Estocolmo”, pois continua refém dos criminosos de Estado e de sua visão estreita de mundo do tempo da ditadura, a qual, na sua essência, mantém continuidade até os dias de hoje.

[AVALIAR PESO TEXTO ELIANE BRUM – BRASIL SOFRE FETICHE DA FARDA]¹³

Bolsonaro e a questão dos povos indígenas¹⁴

Bolsonaro e a acusação de genocídio

Uma discussão antiga é sobre o caráter autoritário dos regimes ditatoriais. A análise do caráter repressivo global implementado pelas ditaduras de segurança nacional impõe um grau de precisão conceitual que amplia o debate até a necessidade de incorporação do conceito de terrorismo de Estado. A noção de autoritarismo mostra-se pouco explicativa ante a realidade de regimes, que são, pela sua própria condição de existência, a expressão da violência estatal nas mais diversas formas, diretas e indiretas, bem como nas mais diversas dimensões da realidade social e política.

Por outro lado, a realidade concreta das democracias contemporâneas demonstra que o componente autoritário faz parte da sua própria existência. A violência policial recorrente como mecanismo de contenção de distúrbios mostra uma escalada sem precedentes contra os setores organizados considerados hostis ao sistema, e contra os setores mais empobrecidos da sociedade. Há anos, é recorrente, no Brasil contemporâneo, as denúncias referentes ao massacre contra a população pobre da periferia das grandes concentrações urbanas do país, considerando, sempre, com maior ênfase, o fato de que estamos falando de

¹² BRUM, Eliane. Brasil sofre de fetiche da farda. El País, XXXXXXXX.

¹³ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

¹⁴ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

violência direcionada, primordialmente, contra uma população negra, jovem e pobre. Dados apontados por plataformas de direitos humanos indicam que os números cresceram de forma exponencial nesses últimos anos, de administração Bolsonaro, com o estímulo ao armamento da população e à atuação justiceira das forças da ordem. Ao configurar-se como forma de extermínio, com responsabilidade direta ou indireta do próprio estado, tal situação obriga a reavaliar se o conceito de terrorismo de Estado não tem aplicabilidade para avaliar a destruição desse grupo específico e de outros que são correlatos ou que se entrecruzam com o mesmo.

Em um âmbito diferente, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, acusou o governo Bolsonaro de genocida, ante as graves evidências de irresponsabilidade na forma de encarar a pandemia provocada pela Covid-19 [*VER DATA*]¹⁵; tais acusações foram desconsideradas por parte dos militares que compõem o governo, como o vice-presidente Mourão, que afirmou que as palavras de Mendes expressavam exagero e banalização. Em contundente entrevista, a jurista Deysi Ventura retomou e recolocou o debate com argumentos e informações, que revelam outro campo de embate legal contra os crimes cometidos pela atual administração nacional em múltiplos aspectos.

Inicialmente, cabem certas precisões. O conceito genocídio relaciona-se ao ato ou à intenção de destruir uma nação ou um determinado grupo étnico, o que implica um plano coordenado, generalizado e sistemático de ações visando tais objetivos. Deve-se ressaltar o seguinte registro: não precisa ser consumado para ser considerado como tal crime; a mera intencionalidade é suficiente. Por tanto, trata-se de ameaça de destruição da vida (da supressão das condições e dos seus fundamentos essenciais) de grupos, visando à sua posterior eliminação (direta ou indireta). Outro registro prévio deve assinalar que a questão do número de mortes produzido por essa iniciativa é irrelevante, reforçando-se, assim, o entendimento de que a, parcial ou total, do grupo visado configura uma ação de genocídio.

Em relação às responsabilidades relacionadas com a forma como a administração posicionou-se diante da pandemia, o elemento primeiro define-se na compreensão do impacto sobre a conduta da população nacional em decorrência da postura do presidente a partir do seu discurso negacionista quanto à existência da doença e da sua posterior relativização, o que pode ser entendido como a base da política de extermínio detectada. O caráter negacionista de Bolsonaro e de seu governo não é uma expressão de desgoverno, ignorância, incompetência

¹⁵ O autor não teve tempo de verificar a data.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

ou fracasso, bem ao contrário, deve ser tomada como diretriz estratégica, seguida rigorosamente por ele e seus círculos concêntricos de apoio.

Dentro dessa perspectiva, cabe arrolar os seguintes fatos: disseminar falsas informações (por exemplo, o uso da mágica cloroquina), ancoradas por fundamentação negacionista; obstaculizar medidas de combate e prevenção à doença; desencadear campanhas de desobediência civil contra quem está na linha de frente administrativa no combate à doença (governadores, ministros da saúde, autoridades sanitárias), inclusive, incitando a sua base de apoio a invadir hospitais para verificar a veracidade das demandas sanitárias; criticar abertamente o confinamento e o fechamento das escolas em plena expansão da pandemia; vetar a obrigação do uso de máscaras ou de respeitar o número máximo de pessoas dentro dos estabelecimentos comerciais; retardar as linhas de financiamento e de auxílios aos governos e prefeituras e à população mais necessitada; entre outros.

Quanto às responsabilidades vinculadas à população negra, concentram-se na predisposição de obstaculizar à prevenção e ao combate da doença e, em consequência, permitir ou facilitar a evolução natural da doença, esperando que atinja com maior impacto as populações mais vulneráveis.

Finalmente, em relação às comunidades indígenas, a situação parece ser muito mais explícita. Assim, tem-se que tendo a OMS se pronunciado em janeiro acerca da gravidade da situação e em março quanto à informação da existência de uma pandemia global, somente em 7 de julho o governo federal encaminhou uma lei para a constituição de um Plano Emergencial de acompanhamento e auxílio [?????] ¹⁶ da população indígena. Simultaneamente, o governo travou diversas ações que poderiam ter agilizado a prevenção das diversas comunidades diante da expansão do coronavírus. Deliberadamente o governo Bolsonaro vetou as seguintes medidas [DE QUEM ERAM TAIS MEDIDAS? DO CONGRESSO?] ¹⁷: garantia de acesso à água potável; acompanhamento diferenciado (em função das necessidades específicas dessas comunidades); oferta emergencial de leitos hospitalares e UTI; aquisição e disponibilização de ventiladores e máquinas de oxigenação; elaboração de materiais informativos sobre a doença divulgados através de meios de comunicação comunitários e traduzidos nas respectivas línguas; disponibilidade de pontos de internet nas aldeias; distribuição de cestas básicas e ferramentas a famílias indígenas, entre outros. Por trás de tudo isso, estavam as pretensões essenciais das forças e os interesses econômicos, que fazem parte da base, ou que lhe deram sustentação financeira, a utilização e

¹⁶ O autor não teve tempo de verificar os tipos de auxílios recebido pelos indígenas.

¹⁷ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 165-174. ISSN: 1808-8031

a apropriação das terras indígenas e das riquezas naturais existentes. Todos esses fatores apontavam para a finalidade última: a eliminação do “obstáculo” constituído pela existência dos guardiões da floresta.

No conjunto de todas as informações contidas neste item, há uma massa crítica de informações sobre fatos, intenções deliberadas e desdobramentos, que indicam que um número importantíssimo de mortes era evitável. Em função desses dados e das evidências concretas, Deysi Ventura pronuncia-se: “diversas autoridades brasileiras, entre elas o presidente [Bolsonaro], me parecem suspeitas de crimes contra a humanidade e precisam ser investigadas”.

*Fonte: El País, 22/07/20. “Há indícios significativos para que autoridades brasileiras ... genocídio”. [RETOMAR E AVALIAR PESO DO TEXTO DE BOAVENTURA]*¹⁸

*[RETOMAR E REVISAR CUIDADOSAMENTE PESO E CITAÇÃO DA ENTREVISTA DE DEYSI VENTURA]*¹⁹

¹⁸ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.

¹⁹ Embora indicado, não foi possível ao autor desenvolver o assunto.